

Administração Pública Contemporânea: novos arranjos jurídicos e novas práticas de gestão

Prof. Dr. Fabrício Motta

Prof. Dr. Leonardo Buíssa

I. Ementa:

1. Estado social, governo e Administração Pública: a diretriz de eficiência. **2.** Modelos de gestão pública contemporânea. **3.** Reforma Administrativa: modelo gerencial da teoria à prática. **4.** Federalismo, Administração e políticas públicas. **5.** Governança pública (I): fundamentos e concepções. **6.** Governança pública (II): *Accountability*, transparência e democratização. **7.** Governança pública (III) *Compliance* e gestão de riscos no espaço público. **8.** Articulação e concertação administrativa (I): fundamentos teóricos e jurídico-normativos. **9.** Articulação e concertação administrativa (II): sub-sistemas, comunidades e redes. **10.** Arranjos jurídicos colaborativos (I): experiências interfederativas. **11.** Arranjos jurídicos colaborativos (II): experiências interorgânicas. **12.** Administração do Poder Judiciário: experiências de gestão. **13.** Controle consensual da Administração Pública

II. Metodologia

A metodologia utilizada combinará *aulas expositivas*, *leitura de textos* e realização de *seminários*. Tendo em vista o caráter do curso – pós-graduação em sentido estrito – é imprescindível o comprometimento integral dos alunos, visando o aprendizado individual e coletivo a fim de que se possa produzir pesquisas empíricas e teóricas de qualidade.

Cada aluno será responsável pela coordenação de um seminário.

1. Leitura de textos

A leitura dos textos possui como finalidade principal analisar os conceitos necessários à compreensão do programa, permitindo o aprofundamento teórico necessário para o embasamento dos seminários e estudo de casos. O programa será abordado mediante a utilização de *textos de leitura obrigatória*, acrescidos de *textos complementares*, de leitura recomendada.

A leitura deve ser realizada com o foco na *compreensão crítica* das funções do Estado, organização da Administração Pública e das transformações das relações entre Estado e

cidadão. Os textos de leitura obrigatória compreendem a base para a realização dos seminários e também para a discussão de casos. Os textos serão disponibilizados com antecedência mínima de duas semanas.

2. Seminários

Preparação

1. A participação nos seminários se mostra de grande importância, de modo que será cobrada a leitura de todos os textos, em todos os seminários.
2. *Todos os alunos* deverão realizar atenta leitura dos textos. Sugere-se a realização de *fichamento*, consistente na identificação das ideias principais dos textos, permitindo a formulação de questões teóricas e as respectivas propostas de solução.
3. Cada *aluno* – à exceção do coordenador do seminário – deverá elaborar um pequeno texto (*paper*) de no máximo 2 folhas, contendo observações, opiniões ou dúvidas suscitadas a partir de *diálogo entre os textos propostos*, procurando os pontos e aproximação, distanciamento, interpretações. Cabe ao aluno concluir o *paper* com a elaboração de uma pergunta para ser debatida no seminário. O *paper* pode ser elaborado sob a forma de texto ou de tópicos e pode focar algum aspecto específico do tema proposto ou mesmo questões gerais. Não se trata propriamente de elaborar um resumo dos textos, mas sim de identificar *correlações* entre eles;
4. A pergunta final não deve ser meramente descritiva ou conceitual. A intenção não é formular perguntas que encontrem respostas diretas na simples leitura do texto; ao contrário, as questões devem refletir indagações prático-profissionais suscitadas após o cotejo do conteúdo dos textos com os fundamentos jurídico-teóricos do direito público. A proposta é suscitar *reflexões críticas*, revisar conceitos e compreensões, em leitura atual do direito público e da gestão pública – em outras palavras, *problematizar*. Pelas características que se imagina para a pergunta, a resposta será reflexiva, eventualmente apontando outras questões que serão debatidas em sala. O aluno que elaborou a pergunta deve ter uma *ideia inicial da resposta*, a partir da leitura, propondo-se a discuti-la com os demais alunos.
5. O *paper* deve ser encaminhado ao Coordenador do Seminário e aos professores respectivo até as 18:00 horas da 4ª feira anterior à respectiva aula/seminário;
6. Todas as aulas deverão ter a participação de todos os alunos que irão debater as questões e respostas apresentadas.

7. O Coordenador do seminário organizará sua exposição e os debates a partir dos *papers* recebidos e da aula expositiva, ministrada na mesma ocasião;
8. Assim, o Coordenador do Seminário deverá *reunir todas as questões* trazidas nos *papers* e *organizar* preliminarmente o seminário, mediante a organização de um roteiro.
9. Para a organização do *roteiro*, o Coordenador: a) fará previamente a leitura dos *papers* e das perguntas enviados pelos alunos; b) identificará no máximo **6 subtemas**, contidos no tema geral da aula; c) organizará as perguntas *dentro dos 6 subtemas*, propondo as questões que serão debatidas e identificando os colegas que participarão do respectivo subtema (os que enviaram as perguntas alocadas no subtema)
10. Organizar as perguntas não significa simplesmente reuni-las em razão do tema. Ao contrário, implicará, para o Coordenador, na tarefa de *reformulá-las*, abordando os pontos e encontro e controvérsias sugeridos nas posições dos alunos, de forma que a cada subtema corresponda **uma** pergunta geral (ainda que composta de itens), a ser debatida por todos. Em síntese, teremos um número de perguntas para debate menor do que o número encaminhado – cabe ao Coordenador organizar para que todos os temas sejam debatidos.
11. O Coordenador poderá agregar seus comentários na organização das perguntas, indicando rumos para a condução do debate.
12. O roteiro prévio deverá ser encaminhado pelo Coordenador aos professores e alunos até as 18h00 da quinta-feira.

3. Aula expositiva e apresentação do seminário

1. Para cada tópico do conteúdo programático haverá uma aula expositiva com algum professor convidado, com duração de aproximadamente 40 minutos. Será o primeiro momento de todos os encontros;
2. Após a aula expositiva, os seminários serão iniciados. *Não haverá exposição* por parte do Coordenador; lhe caberá a condução dos debates, a partir do roteiro prévio elaborado;
3. Os debates seguirão a ordem dos subtemas constante do *roteiro*. O Coordenador fará *a leitura da pergunta referente* e, se achar necessário, fará breve comentário a respeito, confrontando as questões levantadas com o pensamento exposto na aula expositiva;

4. O Coordenador chamará à participação os *alunos cujas perguntas iniciais possuem pertinência com o subtema*. Os demais alunos podem participar do debate, se acharem que podem agregar contribuição relevante na discussão.
5. Durante o debate, os alunos devem se lembrar de que todos leram os textos. Os debates devem buscar *diálogo entre os diferentes textos e o conteúdo ministrado na aula expositiva*. O aluno pode fazer referência à sua pergunta original, se achar oportuno, ,as deve lembrar que são esperados comentários reflexivos, pontos de aproximação e distanciamento, contribuições críticas, e não simples resposta a uma questão.
6. Os debates devem se limitar, na medida do possível, ao tema da aula, fundamentando nos textos de leitura obrigatória ou em outra fonte bibliográfica respeitável apresentada pelo aluno.

III. Avaliação

Artigo científico, a ser elaborado de acordo com instruções posteriormente encaminhadas

III. Conteúdo programático

1. Estado social, governo e Administração Pública: a diretriz de eficiência

Objetivo: Compreender a diretriz geral de eficiência no contexto da evolução dos modelos de Estado, analisando-a à luz das características e pressupostos do Estado social.

Professor convidado: **Daniel Hachem (UFPR)**

Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Coordenador Executivo, pelo Brasil, da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Membro do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo. Membro da Asociación de Derecho Público del Mercosur. Membro da International Public Law Society. Editor Acadêmico responsável da A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional (ISSN 1516-3210). Coordenador Editorial da Revista de Investigações Constitucionais (ISSN 2359-5639). Coordenador Editorial da Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo (ISSN 2362-583X). Editor da Revista de Direito Econômico e Socioambiental (ISSN 2179-8214). Autor dos livros "Princípio constitucional da supremacia do interesse público" (2011) e "Mandado de injunção e direitos fundamentais" (2012), ambos publicados pela Editora Fórum. Conferencista em diversas universidades nacionais e internacionais. Advogado.

Textos Obrigatórios:

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Reforma gerencial e legitimação do estado social**. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Rio de Janeiro 51(1):147-156, jan. - fev. 2017 _____. Estado do bem-estar social e reforma gerencial.

HACHEM, Daniel Wunder. A dupla noção jurídica de interesse público em direito administrativo. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 11, n. 44, p. 59-110, abr./jun. 2011.

LAZZARINI, Sérgio Giovanetti; MUSACCHIO, Aldo. **O Leviatã como uma cura parcial? Oportunidades e armadilhas no uso do aparato estatal para responder à crise da COVID-19**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 561-577, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81873>>. Acesso em: 11 Ago. 2020.

NOHARA, Irene Patrícia. **Reforma Administrativa e Burocracia: impacto da eficiência na configuração do Direito Administrativo brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2012, p.145-224.

Textos complementares:

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. (2014). **Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio**. *Revista Do Serviço Público*, 48(3), p. 104-132. <https://doi.org/10.21874/rsp.v48i3.391>

AUCOIN, Peter. **Administrative reform in public management: paradigms, principles, paradoxes and pendulums**. *Governance*, v. 3, n. 2, p. 115-137, 1990.

LANIUS, Danielle Cristina; GICO JUNIOR, Ivo Teixeira ; STRAIOTTO, Raquel Maia. O princípio da eficiência na jurisprudência do STF. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, ano 14, n. 277.2, p. página inicial-página final, maio/ ago. 2018.

LIMBERGER, Têmis; KOSSMANN, Edson Luís. **O princípio constitucional da eficiência ante o Estado (in)suficiente**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 273, p. 287-311, set. 2016. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/66664>>. Acesso em: 14 Ago. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v273.2016.66664>.

MARTINS, Humberto Falcão. **Burocracia e a revolução gerencial: a persistência da dicotomia entre política e administração**. Revista Do Serviço Público, 48(1), p. 42-78. <https://doi.org/10.21874/rsp.v48i1.377>

SHEPHERD, Geoffrey; Valencia, Sofia. **Modernizando a administração pública na América Latina: problemas comuns sem soluções fáceis**. Revista Do Serviço Público, 47(3), p. 103-129. <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i3.397>.

GABARDO, Emerson. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. São Paulo: Dialética, 2002.

2. Modelos de gestão pública contemporânea

Objetivo: compreender os modelos teóricos de gestão pública e sua evolução à luz das categorias tradicionais aplicadas à atuação e intervenção do Estado.

Professor convidado: **Leonardo Secchi (UDESC)**

Professor de graduação em Administração Pública e de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorado em Estudos Políticos pela Universidade de Milão (Itália) e Pós-doutorado em Políticas Públicas pela Universidade de Wisconsin (EUA). Já foi professor e pesquisador visitante na Universidade de São Paulo (USP), Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha) e na Harvard University (EUA). Autor, dentre outros, de “Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções” (São Paulo: Cengage Learning, 2016)

Textos Obrigatórios:

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. 13 C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 6 ed. São Paulo: FGV, 2005.

MARTINS, Humberto Falcão. **A Ética do Patrimonialismo e a Modernização da Administração Pública Brasileira**. In: Motta, Fernando C. Prestes & Caldas, Miguel P., *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*, Atlas, 1997, pp. 171-183.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. **O estado da arte da gestão pública**. RAE – Revista de Administração de empresas, vol.53. n.1, 2013

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública rap — Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009

Textos complementares:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

REZENDE, Flávio da Cunha. **O dilema do controle e a falha seqüencial nas reformas gerenciais**. Revista do Serviço Público, Ano 53, Número 3, Jul-Set 2002.

ROBINSON, Mark. **From Old Public administration to the New Public Service Implications for Public Sector Reform in Developing Countries**. UNDP - Global Centre for Public Service Excellence, Singapura, 2015.

3. Reforma Administrativa: modelo gerencial da teoria à prática

Objetivo: análise das concepções e resultados do movimento de reforma do Estado empreendido no final dos anos 90, tendo presentes outras reformas no histórico da gestão pública brasileira.

Professor Convidado: Paulo Modesto (UFBA)

Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Diretor da Revista Brasileira de Direito Público, publicada pela Editora Fórum. Editor científica do primeiro site jurídico multimídia do Brasil na área de direito público (www.DireitodoEstado.com.br). Entre 1995 e 1998, foi consultor jurídico e depois assessor especial do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Integrou também a comissão de juristas que elaborou a lei de normas gerais de processo administrativo da União Federal (Brasil) (Lei Federal n. 9.784, de 29.1.1999). Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Presidente do Instituto de Direito Administrativo da Bahia.

Textos obrigatórios:

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajetória recente da gestão pública brasileira**: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 2007.

COSTA, Frederico Lustosa da. **História das reformas administrativas no Brasil**: narrativas, teorizações e representações. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 59, n. 3, p. 271-288, 2008.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **As reformas administrativas no Brasil**: modelos, sucessos e fracassos. Revista Do Serviço Público, 49(2), p. 5-31. <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i2.364>

REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que reformas administrativas falham?**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.50, pp.123-142. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000300008>

Textos complementares:

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado**: entre a eficiência e a democratização. São Paulo: Manole, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma Gerencial do Estado**. Entrevista concedida a Amon Barros. Revista Administração Pública e Gestão Social, 9(3), jul.-set., 2017, 237-242

4. Federalismo, Administração e políticas públicas

Professor Convidado: Fernando Menezes de Almeida (USP)

Professor titular de Direito Administrativo Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Doutorado (1999) e Livre-docência (2011) pela Faculdade de Direito da USP. Professor visitante e em projetos de pesquisa junto à Université de Lyon, França (desde 2011). Foi Secretário Adjunto da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (entre 2003 e 2006). Foi assessor da Presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (entre 2007 e 2016). É Diretor Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (desde maio de 2017). Autor, dentre outras obras, de Formação da teoria do direito administrativo no Brasil (Ed. Quartier Latam, 2015) e Contrato Administrativo (Ed. Quartier Latin, 2007).

Textos obrigatórios:

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios In: BERCOVICI, Gilberto; CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Estado, instituições e democracia**: república. Livro 10, volume 1. Brasília: IPEA, 2013, cap. 5, p. 129-163

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. A fraca intensidade federativa na relação dos entes políticos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais – RBEC**, Belo Horizonte, ano 5, n. 19, jul./set.2011.

ABRUCIO, Fernando Luiz; GRIN, Eduardo José; FRANZESE, Cibele; SEGATTO, Catarina Ianni; COUTO, Cláudio Gonçalves. **Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista**: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 663-677, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81879/78084>>. Acesso em: 11 Ago. 2020.

ABRUCIO, Fernando; GRIN, Eduardo José. **O Comitê de Articulação Federativa no Governo Lula: os percalços da cooperação territorial**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2018, vol.33, n.97, e339703. Epub Feb 08, 2018. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/339703/2018>.

MACHADO, José Ângelo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. **Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil Pós-1988**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 30, nº 88, São Paulo, jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/308861-82/2015>

VIEIRA, Marcelo Palladino Machado. **A federação na perspectiva regulatória: em busca de uma cooperação eficiente**. In: ARAGÃO, Alexandre Santos de; PEREIRA, Anna

Carolina Migueis; LISBOA, Letícia Lobato Anicet (Coord.). Regulação e infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 451-473. ISBN 978-85-450-0542-1.

Textos complementares:

ABSHER-BELLON, Gabriel Luan; COUTO, Cláudio Gonçalves. (2018). **Imitação ou coerção? Constituições estaduais e centralização federativa no Brasil**. Revista de Administração Pública, 52(2), 321-344. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170061>

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. 1. ed. 2. reimp. Tradução de Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 58, p. 121- 143, 2016

MACHADO, José Ângelo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. **Coordenação federativa e a "armadilhada decisão conjunta": s comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil**. Dados, vol.57 nº 2 Rio de Janeiro abr./jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201413>

MELO, Clóvis Alberto Vieira de; SOUZA, Saulo de Santos; BONFIM, Washington, Luís de Sousa. **Federalismo e bons governos: uma análise política da gestão fiscal dos municípios**. *Opinião Pública*, vol.21 nº 3 Campinas set./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015213673>

ABRUCIO, Fernando Luiz; SEGATTO, Catarina Ianni. **A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros**. Revista Brasileira de Educação, vol. 21, nº 65, Rio de Janeiro, abr./jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216522>

5. Governança pública (I): fundamentos e concepções

Professor Convidado: Caio Marini (FDC)

Professor associado da Fundação Dom Cabral – FDC. Há mais de quatro décadas tem participado como professor consultor em projetos de fortalecimento institucional do setor público no país e no exterior. Especialista em Engenharia Industrial pela PUC/Rio e graduado em Administração Pública pela EBAPE/FGV. Atuou em programas de desenvolvimento gerencial, inovação e gestão estratégica para resultados junto ao BNDES, APEX, Brasil, EMBRAPA, Banco do Brasil, BDMG, ESAF, ENAP, CIEE, ANVISA, CNEM, PRODAM/SP, Ministérios do Planejamento, da Saúde, da Fazenda, do Trabalho, além de diversos órgãos e entidades, de todas as esferas. Atua junto a organismos internacionais (BID, Banco Mundial e Nações Unidas) em projetos de cooperação técnica internacional nas áreas de Reforma do Estado e Governança Pública. Ocupou cargos

executivos no Governo Federal, em especial no SERPRO/Ministério da Fazenda onde foi Diretor de Negócios, Superintendente de Gestão Estratégica e Gerente Regional de Administração, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e na Secretaria Especial de Administração e do Patrimônio. . Foi agraciado com o Prêmio Mérito de Gestão Pública 2016, honraria concedida pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - CONSAD e com a medalha Hélio Beltrão do governo do Distrito Federal pela contribuição para a melhoria da gestão pública. Tem diversas publicações no país e no exterior sobre temas contemporâneos da gestão pública.

Textos obrigatórios:

CHEVALLIER, Jacques. **A governança e o direito**. Revista de Direito Público da Economia - RDPE, Belo Horizonte, ano 3, n. 12, p. 129-146, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=33300>>.

FALCÃO, Humberto Martins; MARINI, Caio. **Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual**. Revista do TCU, Brasília, edição nº 130, 2014.

NARDES, João Augusto Ribeiro; ALTOUNIAN, Cláudio Sarian; VIEIRA, Luis Afonso Gomes. **Governança Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. P. 125-175

SERPA, Selma M.H.C. **Compreendendo os conceitos de governança para controlar**. Revista do TCU n.127, mai/ago2013, p. 34-47.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; SANTOS, Marcelo Pereira dos. Governança e compliance na administração direta: ampliando as fronteiras do controle democrático. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 19, n. 75, p. 161-177, jan./mar. 2019.

Textos complementares:

CAPANO, Gilbert, HOWLETT, Michael, RAMESH, Michael. **Re-thinking Governance in Public Policy: Dynamics, Strategy and Capacities**. In: CAPANO, G.; HOWLETT, M.; RAMESH, M. (Eds.). *Varieties of Governance: Dynamics, Strategies, Capacities*. London: Palgrave. Macmillan, 2015.

BARNES, Javier. Algunas respuestas del derecho administrativo contemporáneo ante las nuevas formas de regulación: fuentes, alianzas com el derecho privado, procedimientos de terceira generación, p.339-367. In: BARNES, Javier (Org.). **Inovación y reforma em el derecho administrativo**. Sevilla-Espanha: Editorial Derecho Gloval, 2012.

BJÖRKMAN, James Warner. **Política social, governança e capacidade: reformas e restrições do setor público**. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 3, p. p. 277-294, 20 fev. 2014.

COSTA, Alan Carlos Pereira da; LEAL, Ana Flávia Pacheco; NASCIMENTO, Lana Caroline Barbosa do; MENDONÇA, Cláudio Márcio Campos de Mendonça; GUERRA, Lenin

Cavalcanti Brito. **Alinhamento da gestão de processos com os mecanismos do modelo de governança pública do TCU**: O estudo de caso em uma universidade federal da Amazônia Oriental. Revista do Serviço Público, v. 69, n. 3, p. 741-772, 12 nov. 2018.

PETERS, Brainard Guy. **O que é governança?** Revista do TCU n.127, mai/ago, 2013, p.27-33

6. Governança pública (II): *Accountability*, transparência e democratização

Professor Convidado: Flávio Garcia Cabral

Pós-doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR (2019). Doutor em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2017). Mestre em Derecho de Daos pela Universitat de Girona - UDG, Espanha (2014). Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RIO (2011). Coordenador da Escola da AGU-MS. Membro da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MS. Procurador da Fazenda Nacional, atualmente exercendo a função de Subprocurador-Chefe da PFN/MS. Autor, dentre outros, dos livros "O Tribunal de Contas da União na Constituição Federal de 1988" (Editora Verbatim) e "O conteúdo jurídico da eficiência administrativa" (Editora Fórum).

Textos obrigatórios:

BEHN, Robert D. **O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática**. Revista do Serviço Público, v. 49, n. 4, p. p. 5-45, 25 fev. 2014.

CABRAL, Flávio Garcia. Compreendendo as relações de accountability estatal. In: PASSOS, Paulo Cezar; CONEGLIAN, Olivar; MOREIRA, Fernando; SUNOKOZAWA, Lucio Flávio Joichi (Orgs). **Direito do Estado: Direitos Fundamentais, Democracia e Constituição**. Belo Horizonte: Editora Fórum.

GONÇALVES, Pedro. **Ensaio sobre a boa governação da administração pública a partir do mote da "new public governance"**. In: O governo da administração pública. Coimbra: Almedina, 2013. p. 7-33.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal: la institucionalización legal de la desconfianza política. **Revista Española de Ciencia Política**, n. 11, p. 11-31, out. 2004.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. **Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 732-752, ago. 2019. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/79919>>. Acesso em: 11 Ago. 2020.

Textos complementares:

BLIACHERIENE, Ana Carla. **Governança pública, eficiência e transparência na administração pública**. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 12, n. 133, jan. 2013.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343 a 1368, dez. 2009. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898/5471>>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

ROCHA, Diones Gomes da; ZUCCOLLOTTI, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Insulados e não democráticos: a (im)possibilidade do exercício da social accountability nos Tribunais de Contas brasileiros**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 201-219, abr. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81248/77583>>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

7. Governança pública (III) Compliance e gestão de riscos no espaço público

Professor Convidado: Rodrigo Pironti (Universidade Positivo)

Pós Doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid - Espanha. Doutor em Direito Econômico PUC-PR. Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC-PR. Vencedor do Prêmio Iberoamericano de Direito Administrativo/Contratual. Vice-presidente do Foro Mundial de Jovens Administrativistas. Professor convidado da Universidade de La Plata (Argentina), Universidade de San Nicolas de Hidalgo e da Universidade Tecnológica de Monterrey (México), Escola de Gestão Pública Gallega e da Universidade Complutense de Madrid (Espanha). Professor de graduação e pós-graduação da Universidade Positivo. Autor, dentre outros, das obras: “Compliance nas contratações públicas” (Ed. Fórum, 2019); “Compliance e gestão de risco nas empresas estatais” (Ed. Fórum, 2019); “Processo Administrativo e Controle da Atividade Regulatória (Ed. Fórum, 2005) e “Sistema de Controle Interno: uma perspectiva do modelo de gestão pública gerencial” (2016, 2ª edição. Ed. Fórum). Autor de vários artigos em periódicos legais e conferencista em âmbito nacional e internacional. Advogado sócio da banca Pironti Advogados.

Textos obrigatórios:

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. ZILLIOTO, Mirela Miró. **Compliance nas contratações públicas: exigências e critérios normativos**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 37-46.

LOVATO, Rafael Porto. **Instrumentos de combate e prevenção à corrupção na Administração Pública sob uma perspectiva gerencial**. In: PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). *Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento*. 2. ed.

MOREIRA, Egon Bockmann. **Riscos, incertezas e concessões de serviço público**. *Revista de Direito Público da Economia (RDPE)*, Belo Horizonte, ano 5, n. 20, p. 3550, out./dez. 2007.

PANACHUK, Lara Pastorello. Governança corporativa e programas de compliance: do caso Banestado à Petrobras pós-Lava Jato. **Fórum Administrativo - FA**, ano 19, n. 227, p.52-65, jan. 2020.

SUSTEIN, Cass R. Para além do princípio da precaução. *RDA - Revista de Direito Administrativo*, Belo Horizonte, ano 2012, n. 259, jan./abr. 2012

Textos complementares:

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Compliance e gestão de riscos nas empresas estatais**. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FORTINI, Cristiana. **Programas de integridade e a Lei Anticorrupção**. In: PAULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). *Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 177-185.

SANTOS, Marcelo Pereira dos; VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Governança e compliance na administração direta: ampliando as fronteiras do controle democrático**. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 19, n. 75, p. 161-177, jan./ mar. 2019.

8. Articulação e concertação administrativa (I): fundamentos teóricos e jurídico-normativos

Professor Convidada: Caroline Muller Bitencourt (UNISC)

Estágio Pós Doutoral pela PUC-PR (2019). Doutora (2012) e Mestre em Direito (2009). Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul, vinculada ao PPGD em Direito-Mestrado e Doutorado-UNISC. Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Membro da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Membro da Rede de Direito Administrativo Social. Presidente do Comitê de Direitos Humanos da Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenadora do Grupo de pesquisa controle social e administrativo de políticas públicas e serviço público, vinculado ao Cnpq. Integrante do Grupo de pesquisa Núcleo de pesquisa de desenvolvimento humano da PUC/PR. Advogada.

Textos obrigatórios:

ALVES, Mário Aquino; COSTA, Marcelo Marchesini da. **Colaboração entre governos e organizações da sociedade civil em resposta a situações de emergência**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 923-935, jul. 2020. ISSN 1982-3134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81890/78107>. Acesso em: 11 Ago. 2020.

KEAST, Robin; BROWN, Kerry; MANDELL, Myrna. **Encontrando a combinação certa: decifrando significados e estratégias de integração**. Revista do Serviço Público, v. 63, n. 3, p. p. 313-341, 29 jan. 2014.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Intersetorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n.26, MDS/SAGI, 2016. (p.35-66)

CUNILL GRAU, Nuria. **A rearticulação das relações Estado-sociedade: em busca de novos significados**. Revista do Serviço Público, v. 47, n. 1, p. 113 - 140, 22 jan. 2015.

Textos complementares:

TORRES, Marcos Abreu. A necessidade de articulação dos conselhos de desenvolvimento urbano e de meio ambiente. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDU**, ano 18, n. 46, p. página inicial-página final, jul./ ago. 2009.

MÂNICA, Fernando Borges. Taxonomia da contratualização pública no Brasil: uma proposta de sistematização das parcerias com o terceiro setor. **Revista de Direito Público da Economia – RDPE**, Belo Horizonte, ano 17, n. 66, p. 119- 137, abr./jun. 2019.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio . O acesso a rodovias e a competência dos entes federados: federalismo solidário e articulação do sistema viário nacional . **Revista de Direito Administrativo - RDA**, ano 14, n. 244, p. 264-289, jan./ abr. 2007.

OLIVEIRA, Weder de. Plano (?) Nacional de Educação: a necessidade de estratégias emergentes . **Interesse Público - IP**, ano 21, n. 95, p. página inicial-página final, jan./ fev. 2016.

9. Articulação e concertação administrativa (II): sub-sistemas, comunidades e redes

Professora Convidada: Sabrina locken

Doutora em Direito pela UFSC. Conselheira Substituta no TCE/SC. Professora de Direito Governamental e Controle Público. Autora do livro “O controle compartilhado das Políticas Públicas” e de vários artigos publicados em obras coletivas e periódicos. No âmbito dos Tribunais

de Contas foi Vice-Presidente da Região Sul da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas - AUDICON - nos biênios (2011-2013) e (2013-2015)

Textos obrigatórios:

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos – CEBRAP** nº 101, jan./mar. 2015, p. 57-76.

CASTELLS, Manuel. **Para o Estado-Rede**: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. Manuel Castells in: BRESSER-EREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes (org.). Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

IOCKEN, Sabrina Nunes. **Controle Compartilhado das Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2018, p.153-200

SENRA, Vinícius Henrique Campos; OLIVEIRA, Kamila Pagel. Os desafios da governança em rede no âmbito do Circuito Liberdade. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 983 - 1014, 31 dez. 2018.

Textos complementares:

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Subsistemas, comunidades e redes**: articulando ideias e interesses na formulação de políticas públicas. Revista Do Serviço Público, 66(3), 449 - 474. <https://doi.org/10.21874/rsp.v66i3.1223>.

SILVA, Flávia de Araújo; MARTINS, Túlio César Pereira Machado; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Redes organizacionais no contexto da governança pública: a experiência dos Tribunais de Contas do Brasil com o grupo de planejamento organizacional. **Revista do Serviço Público**, v. 64, n. 2, p. p. 249-271, 29 jan. 2014.

10. Arranjos jurídicos colaborativos (I): experiências interfederativas

Professor Convidado: André Elali (UFRN)

Professor do Departamento de Direito Público da UFRN com Mestrado em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie (2006), Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito do Recife com Estágio e Bolsa de Pesquisa no Max-Planck-Institut for Steuerrecht (2008), Munique, Alemanha e Estágio de Pós-Doutoramento na Queen Mary University of London (2015-2016) e Pesquisador-Visitante em Direito e Economia na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2018).

Textos obrigatórios:

BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Paradoxos do federalismo: uma observação pragmático-sistêmica. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional - A&C**, ano 23, n. 49, p. 151-176, jul./ set. 2012.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. **Revista do Serviço Público**, v. 69, p. 85 - 122, 14 dez. 2018.

LOTTA, Gabriela Spanghero; GALVAO, Maria Cristina Costa Pinto; FAVARETO, Arilson da Silva. Análise do Programa Mais Médicos à luz dos arranjos institucionais: intersetorialidade, relações federativas, participação social e territorialidade”. **Ciência & Saúde Coletiva**. vol.21, n.9, 2016

YURISCH, Karina Arias; SOTO, Karina Retamal; FUENZALIDA, Camila Ramos. Cooperação inter-municipal na América Latina: estado da arte e desafios futuros da pesquisa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 575-591, mai. 2019. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/78986>>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

Textos complementares:

ABRUCIO, Fernando Luiz; FILIPPIM, Eliane Salete; DIEGUEZ, Rodrigo Chaloub. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1543-1568, dez. 2013. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/13987/12873>>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Governança metropolitana em Minas Gerais e implementação do novo arranjo institucional de gestão**. Fórum de Direito Urbano e Ambiental (FDUA), Belo Horizonte, ano 7, n. 37, jan./fev. 2008.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. Os múltiplos papéis dos governos estaduais na política educacional brasileira: os casos do Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1179-1193, nov. 2018. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/77393/74137>>. Acesso em: 13 Ago. 2020.

11. Arranjos jurídicos colaborativos (II): experiências interorgânicas

Professor Convidado: **Eurico Bitencourt Neto (UFMG)**

Professor Adjunto Direito Administrativo dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa (2015). Mestre em Direito Administrativo pela UFMG (2003). Autor, dentre outras obras, de “Concertação administrativa interorgânica” (Ed. Almedina, 2017). Ex-Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (2017-2019). Ex-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (2014-2017)

Textos obrigatórios:

MODESTO, Paulo. **Autovinculação convencional da administração pública: o contrato de gestão no interior da administração pública brasileira.** Revista internacional de Contratos Públicos, n.1, p.1-41, fev./2013. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=563>

NETO, Eurico Bitencourt. **Concertação administrativa interorgânica: direito administrativo e organização no século XXI.** Lisboa: Almedina 2017, p.209-308.

Textos complementares:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Teoria das Autolimitações Administrativas: Atos Próprios, Confiança Legítima e Contradição entre Órgãos Administrativos. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, nº 54, mai./jun./jul., Salvador, 2008.

SÁNCHEZ, Pedro Fernández. A contratação *in house* e interadministrativa. *Revista de Direito Público da Economia – RDPE*, Belo Horizonte, ano 17, n. 67, p. 191-213, jul./set. 2019.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Organizações virtuais no setor público: uma nova abordagem. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 4, p. p. 429-447, 20 fev. 2014.

12. Administração do Poder Judiciário: experiências de gestão

Professor convidado: José Maurício Conti (USP)

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Livre docente, doutor e mestre pela Faculdade de Direito da USP. Juiz de direito (aposentado). Livros publicados e/ou organizados, dentre outros: *Levando o Direito Financeiro a sério* (3. ed. São Paulo: Blucher, 2019); *A autonomia financeira do Poder Judiciário* (2. ed. São Paulo: Blucher, 2019); *Poder Judiciário: políticas públicas* (São Paulo: Almedina, 2018); *Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas* (São Paulo: Almedina, 2017).

Textos obrigatórios:

ALMEIDA, Fernando Menezes de. A noção constitucional de “administração pública” aplicada ao Poder Judiciário. In: CONTI, José Maurício (Coord.). **Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas**. 1. ed. Sao Paulo: Almedina, 2017, p.17-28.

CONTI, José Maurício. Planejamento estratégico do Poder Judiciário. In: CONTI, José Maurício (Coord.). **Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas**. 1. ed. Sao Paulo: Almedina, 2017, p.67-94

SOUZA, Ludmila de Melo. Qualidade do gasto público, indicadores e gestão do Poder Judiciário. In: CONTI, José Maurício (Coord.). **Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas**. 1. ed. Sao Paulo: Almedina, 2017, p.197-218

ZANONI, Luciana Ortiz Tavares Costa. Os caminhos para uma governança democrática no Poder Judiciário. In: CONTI, José Maurício (Coord.). **Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas**. 1. ed. Sao Paulo: Almedina, 2017, p.95-114

Textos complementares:

MOTTA, Fabrício; GODINHO, Heloisa Helena A. Monteiro. **Administração Pública e Poder Judiciário**: eficiência do gasto público e modernização da gestão. In: CONTI, José Maurício (Coord.). **Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2017, p.177-196

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Agenda suprema: interesses em disputa no controle de constitucionalidade das leis no Brasil. **Tempo social**, vol.28, nº 1, São Paulo, jan./jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.106021>

OLIVEIRA, Leonel Góis Lima. Dez anos de CNJ: reflexões do envolvimento com a melhoria da eficiência do Judiciário brasileiro. **Revista Do Serviço Público**, 68(3), 631-656. <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i3.1364>.

13. Controle consensual da Administração Pública

Professora convidada: **Juliana Palma (FGV)**

Doutora (2014) e Mestre (2010) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Master of Laws (LL.M.) pela Yale Law School. Foi visiting scholar na Washington College of Law - American University. Professora da FGV Direito SP no FGV LAW, na área de regulação e metodologia de pesquisa, na Graduação e no Mestrado Profissional. Coordenadora do Grupo Público da FGV Direito SP e colaboradora da Escola de Formação Pública, da qual foi aluna (2004). Pesquisadora do Grupo de Estudos das Relações entre Estado e Empresa Privada (GRP) da FGV Direito SP.

Textos obrigatórios:

ARAÚJO, Cláudia Costa; ALVES, Marília Souza Diniz. Termo de Ajustamento de Gestão: resgate do pensamento tópico pelo Direito Administrativo pós-moderno. **Revista do TCE-MG**. Disponível em:

<http://revista1.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1606.pdf>.

FERRAZ, Luciano. **Controle e consensualidade: fundamentos para o controle consensual da Administração Pública (TAG, TAC, SUSPAD, acordos de leniência, acordos substitutivos e instrumentos afins)**. 2. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2020, p.207-233.

BITENCOURT NETO, Eurico. Administração Pública Concertada In: GOMES, Carla Amado; NEVES, Ana Fernanda; BITENCOURT NETO, Eurico. (Org.). **A prevenção da corrupção e outros desafios à boa governação da Administração Pública**. 1. ed. Lisboa: ICJP/CIDP, 2018, v. 1, p. 10-44.

PALMA, Juliana. **Sanção e acordo na Administração Pública**. São Paulo: Malheiros, 2015, p.111-147

Textos complementares:

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; CAMPOS, Sarah. A administração pública consensual na modernidade líquida. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 14, n. 155, jan. 2014. Disponível em: <http://dspace/xmlui/bitstream/item/9622/PDlexibepdf.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12.02.2020.

OLIVEIRA, Gustavo Justino; SCHWANKA, Cristiane. A Administração Consensual como nova face da Administração Pública no Séc. XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 104, jan./dez. 2009.